

# EDITORIAL

É com imensa satisfação que apresentamos a edição 13 da Revista JurisFIB do curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru – FIB com artigos científicos que dialogam de forma transversal entre áreas do conhecimento para encontrar respostas jurídicas adequadas como condição de possibilidade para a transformação da sociedade.

Num cenário de hipercomplexidade diante dos desafios de uma sociedade pós moderna, a pesquisa científica transdisciplinar é a via adequada para compreender os novos desafios sociais e encontrar soluções às questões decorrentes das mudanças climáticas e do desenvolvimento tecnológico. O diálogo entre áreas do conhecimento científico, produzem respostas significativas, precisas, para as questões sociais da contemporaneidade e nesse contexto, o Direito se coloca como fio condutor nessa busca por respostas para os dilemas da complexidade. Nesse cenário, a edição da revista jurídica perpassa pelo diálogo entre áreas do conhecimento com um olhar para os desafios do Direito no cenário de um processo acelerado de inovação tecnológica e disrupção digital.

Dessa forma, já no primeiro artigo há o encontro do Direito com as Smart Cities, com o tema: “As cidades inteligentes em Portugal: entre a cidade de Deus e a dos homens”, da autora Isabel Celeste Fonseca. O artigo busca respostas jurídicas para transformação do espaço urbano no cenário das Smart Cities e dos desafios da transição digital das cidades.

Na sequência, Renato Cassio Soares de Barros apresenta a temática “O Direito do Trabalho e seu (im)possível caráter civilizatório e democrático

diante da influência do racismo estrutural na relação de emprego” e destaca a interpretação jurídica como condição de possibilidade de intervenção através do direito para combater a desigualdade real e a discriminação racial.

Na sequência, “Direitos Humanos LGBTQIA+: Direito a constituir família e realizar planejamento familiar” é o terceiro artigo, das autoras Maria Cláudia Zaratini Maia e Lívia Navarro Silva Hortelan. Tema de relevância fundamental para a construção de uma sociedade plural e inclusiva, com a necessidade de reconhecimento e efetivação dos Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+. O autor Dilson Brito da Rocha transita pelo Direito à Educação, em especial, educação das relações étnico-raciais e sua importância para garantia da cidadania, com o artigo “O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

No próximo artigo, Fábio da Silva Veiga apresenta a análise de um conceito geral de empresa na sociedade digitalizada, bem como, dos fatores que impulsionam e os que travam o crescimento do fenômeno FinTech, com a temática “O conceito de empresa na sociedade digitalizada: referência às fintech’s”.

Na sequência, Isabel Celeste Fonseca, Bárbara Barreiros e Teófilo Branco Júnior analisam “O dilema da utilização do voto eletrônico como instrumento de participação cidadã”. O artigo faz uma abordagem dos cenários atuais da utilização do voto eletrônico por alguns países que exercem a democracia através do voto popular.

Em seguida, Lucas Mitsuo de Moraes Tadano e Claudia Fernanda de Aguiar Pereira enfrentam o tema “Herança Digital: Direito da Personalidade do autor post mortem”, com a análise da herança digital, frente às modernidades tecnológicas e a defasagem dos sistemas normativos, principalmente em razão dos bens digitais, sejam eles de caráter econômico ou afetivo. No próximo artigo, a autora Marli Monteiro faz a análise das inovações legislativas da usucapião especial com o tema “Da usucapião especial de imóvel urbano e as alterações introduzidas pela Lei 13.105/2015”.

As “Percepções sociais acerca do desenvolvimento nanotecnológico e as questões de direitos fundamentais” é o objeto da pesquisa da autora Patrícia Santos Martins. Com o artigo, a autora busca analisar as transformações nanotecnológicas, a compreensão social sobre conceitos e a relação possível entre desenvolvimento nanotecnológico e determinados princípios jurídicos. “A indenização por danos decorrentes do processo de execução injusto: análise do art. 776 do Código de Processo Civil”, dos autores Paulo Henrique Silva

Godoy e Matheus Spegiorin Mendonça, analisou a possibilidade do exequente ter que ressarcir ao executado os danos que este sofreu, caso declarada, em sentença transitada em julgada, a inexistência, no todo ou em parte, da obrigação (ou a inexecutibilidade, no todo ou em parte, do título executivo), que ensejou o processo executivo.

No próximo artigo, a autora Sintia Salmeron faz uma análise empírica a partir decisões do Supremo Tribunal Federal em relação modulação de efeitos em decisões no âmbito do controle da constitucionalidade, com o tema “Uma análise crítica do instituto da modulação dos efeitos das decisões proferidas em sede de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal à luz do efeito Peltzman”.

O fechamento dessa edição apresenta o tema “Regulamentação e tributação de criptoativos”, dos autores Caio Vinícius de Moura e Tatiene Martins Coelho Trevisanuto, com a finalidade de enfrentar a problemática da ausência de regulação e tributação própria como, um potencial criador de lacuna à luz do ordenamento jurídico brasileiro.

Percebe-se, portanto, a reflexão sobre temas atuais e importantes do cenário jurídico nacional e internacional, com a necessidade de um aprofundamento do diálogo do Direito com outras áreas do conhecimento, que enriquece o conteúdo das pesquisas e amplia a compreensão do fenômeno jurídico a partir de sua incidência para regular os diversos sistemas sociais da sociedade pós moderna e os (novos) fatos jurídicos que surgem no cenário de transformação das transformações tecnológicas e sociais.

Nessa edição, temos a contribuição das pesquisas de professores e pesquisadores da Universidade do Minho e da Universidade Lusófona do Porto, o que evidencia o compromisso científico da revista em fomentar pesquisa jurídica relevante e de qualidade, proporcionando aos leitores o acesso ao conhecimento jurídico produzido em Portugal.

Como podem observar, os artigos desta edição foram selecionados com muito critério e cientificidade, com destaque a pluralidade e transversalidade dos temas pesquisados pelos autores. Esperamos que os textos possam trazer grandes contribuições e promover debates muito relevantes. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Prof. Dr. Camilo Stangherlim Ferraresi  
*Editor-Chefe da Revista JurisFIB*